



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS

CADERNO DE QUESTÕES

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Candidato: _____

Inscrição: _____ Instituição de Ensino: _____

Assinatura: _____
(conforme identidade)

INSTRUÇÕES

01. Só abra este Caderno após ler todas as instruções e quando for autorizado pelos fiscais da sala.
02. Ao abrir este Caderno, confira se ele contém 50 (cinquenta) questões objetivas.
03. Preencha os dados pessoais neste Caderno.
04. Não deixe nenhuma marca neste Caderno de questões que possa identificá-lo, sob pena de nulidade.
05. Nas respostas das questões deste Caderno, utilize apenas caneta esferográfica de cor preta ou azul.
06. Só marque uma resposta para cada questão.
07. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe, única e exclusivamente, ao candidato interpretar e decidir.
08. Você terá 03 (três) horas para responder a todas as questões deste Caderno.



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

01) No que se refere ao conceito da contabilidade, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Técnica que registra as ocorrências que afetam o patrimônio de uma entidade;
- b) Ciência que estuda e pratica as funções de orientação, controle e registro dos atos e fatos de uma administração econômica;
- c) Ciência que trata de fenômenos relativos à produção, distribuição, acumulação e consumo dos bens materiais;
- d) Conjunto de princípios, normas e funções que têm por fim ordenar os fatores de produção e controlar a sua produtividade e eficiência;
- e) Técnica que consiste na decomposição, comparação e interpretação dos demonstrativos do estado patrimonial e do resultado econômico de uma entidade.

02) O objeto da contabilidade é o estudo:

- a) dos bens;
- b) dos entes ou entidades;
- c) dos direitos de uma pessoa jurídica;
- d) das aziendas;
- e) do patrimônio.

03) O campo de atuação da contabilidade:

- a) circunscreve-se às pessoas e às entidades que desempenham atividades de conteúdo econômico, quer tenham finalidade de lucro ou não;
- b) restringe-se às entidades que se dedicam à produção de bens e serviços com a finalidade de lucro;
- c) restringe-se às entidades que se dedicam ao comércio ou à produção de bens e serviços com a finalidade de lucro;
- d) restringe-se às entidades sem fins lucrativos;
- e) restringe-se aos entes privados.

04) Modernamente, de todas, a mais importante finalidade da contabilidade é a de:

- a) servir de base para distribuição de lucros aos administradores;
- b) servir de base para apuração do e tributação do imposto de renda;
- c) constituir instrumento essencial nas funções de planejamento e controle para a empresa;
- d) ter conseguido um refinamento na linguagem e nos procedimentos adotados;
- e) ter a possibilidade de cumprimento das exigências da legislação comercial.

05) A Resolução CFC nº750/93, com redação dada pela Resolução CFC nº1.282/10, estabeleceu os princípios de contabilidade aplicáveis no Brasil. A respeito do assunto, assinale a alternativa correta:



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- a) a continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.;
- b) na aplicação dos princípios de contabilidade a situações concretas, os aspectos formais das transações deve prevalecer sobre sua essência;
- c) o princípio do Registro pelo Valor Original refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.
- d) o princípio da Prudência determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional;
- e) a autonomia do patrimônio pertencente à entidade constitui o cerne do princípio da Competência.

06) O Sr. José da Silva adquiriu um carro de passeio para sua esposa no valor de R\$55.000,00. O pagamento foi efetuado à vista com cheque da sua empresa. Questionado pelo seu contador, ele argumentou que a empresa era sua e, portanto, poderia perfeitamente pagar as suas contas pessoais com o dinheiro da empresa. O princípio contábil ferido pelo Sr. José foi o da:

- a) Prudência;
- b) Continuidade;
- c) Competência;
- d) Oportunidade;
- e) Entidade.

Os dados a seguir servem para responder às questões de números 07 e 08 :

VALORES EM \$1,00	
DINHEIRO EM CAIXA	50
DINHEIRO DEPOSITADO EM BANCOS	80
MERCADORIAS PARA VENDER	90
DUPLICATAS A RECEBER	60
DUPLICATAS A PAGAR	55
AUTOMÓVEIS PARA USO	40
MÓVEIS PARA USO	30
IMPOSTOS A PAGAR	15

07) O valor dos bens, o valor dos direitos e o valor das obrigações são, respectivamente:

- a) \$210,00 - \$140,00 - \$70,00
- b) \$290,00 - \$60,00 - \$70,00
- c) \$290,00 - \$140,00 - \$70,00



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- d) \$210,00 - \$60,00 - \$70,00
e) \$210,00 - \$70,00 - \$140,00

08) O valor do ativo, o valor do passivo e o valor do patrimônio líquido são, respectivamente:

- a) \$420,00 - \$70,00 - \$350,00
b) \$290,00 - \$70,00 - \$210,00
c) \$350,00 - \$70,00 - \$280,00
d) \$350,00 - \$80,00 - \$100,00
e) \$290,00 - \$70,00 - \$280,00

09) Ao efetuar a conciliação da conta de movimento nº33.210, mantida pela COMERCIAL SAFRA S/A., o contador do estabelecimento comercial constatou as seguintes divergências:

-----	Mês	de	Maio	de	2012	em
R\$-----						
-cheques emitidos para pagamentos a terceiros, não apresentados ao banco para recebimento:						
nº10.678		de				28-05-
12.....					R\$300,00	
nº10.681		de				31-05-
12.....					R\$1.500,00	
-depósito em moeda corrente, no dia 31-05-12, não correspondido pelo banco, por ter sido concretizado fora do expediente normal.....					R\$900,00	
-cheque de outro correntista indevidamente debitado, em 31-05-12, na citada conta(nº33.210).....						
....R\$2.100,00						
-crédito referente à cobrança simples de duplicata, conforme aviso bancário de 31-05-12, não correspondido na escrituração contábil da empresa.....					R\$1.200,00	

Como o saldo credor do extrato bancário em 31-05-12 era de R\$6.000,00, é de concluir que o saldo devedor da conta de movimento do BANCO SIARA S/A, no balancete da empresa comercial levantado na mesma data, deveria ter o valor de (em R\$):

- a) 8.400,00;
b) 4.200,00;
c) 3.600,00;
d) 4.800,00;
e) 7.200,00.



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

10) (MOVENS-2010/DNPM) A empresa ABC adquiriu um veículo no valor de \$1.000,00 com pagamento a prazo. Assinale a opção que apresenta o lançamento gerado nessa transação.

- a) Bancos conta movimento a veículos.
- b) Fornecedores a veículos.
- c) Veículos a bancos conta movimento.
- d) Veículos a fornecedores.
- e) Veículos a exigível a longo prazo.

11) (IPAD-2009/COMPESA) Um funcionário percebe seu salário até o quinto dia do mês seguinte ao mês trabalhado. Aos 20 dias do presente mês, seu patrão resolveu antecipar 50% do salário a ser pago no mês seguinte. A contabilidade da empresa respeita o regime de competência. Marque o lançamento que representa o fato ocorrido em 20/MM/AA:

- a) Débito de caixa e crédito de despesa.
- b) Débito de despesa e crédito de caixa.
- c) Débito de adiantamento e crédito de despesa.
- d) Débito de adiantamento e crédito de caixa.
- e) Débito de despesa e crédito de adiantamento.

12) Quanto aos livros contábeis, pode-se dizer que, de acordo com a legislação comercial, o Diário é um livro:

- a) obrigatório e consiste no agrupamento de valores em contas de mesma natureza e de forma racional;
- b) obrigatório apenas para determinadas pessoas ou atividades, podendo conter antes do seu encerramento a apresentação do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado Econômico;
- c) facultativo e consiste no agrupamento de valores em contas de mesma natureza e de forma racional;
- d) obrigatório, sendo destinado ao registro dos fatos contábeis (ou administrativos) em partidas dobradas por ordem cronológica;
- e) facultativo, porém exigido pela legislação do imposto de renda;

13) Analise os dados abaixo e indique a alternativa que contenha o valor do Resultado do Exercício (em R\$), calculado de acordo com o princípio da Competência:

Despesas Incorridas e Pagas.....	18.000,00
Despesas Não-Incorridas e Pagas.....	10.000,00
Despesas Incorridas e Não Pagas.....	12.000,00
Receitas Recebidas e Não Ganhas.....	20.000,00
Receitas Ganhas e Recebidas.....	30.000,00
Receitas Ganhas e Não Recebidas.....	40.000,00



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- a) 8.000,00 de Prejuízo;
- b) 12.000,00 de Lucro;
- c) Resultado Nulo;
- d) 40.000,00 de Lucro;
- e) 20.000,00 de Prejuízo.

14) (CESGRANRIO-2011/Transpetro) Dados extraídos da contabilidade da Cia. Groe S/A.

Ativo Circulante	345.678,00
Passivo Circulante	218.987,00
Passivo Não Circulante	456.112,00
Imobilizado	312.311,00
Capital	120.000,00
Reservas de Capital	198.674,00
Intangível	189.433,00
Investimentos	215.490,00
Reservas de Lucros	111.238,00
Realizável LP	?

Considere que as contas informadas são suficientes para totalizar os grupos do balanço.

Com base nos dados acima, constata-se que o total do Ativo Não Circulante monta, em reais, à quantia de

- a) 575.432,00
- b) 598.111,00
- c) 759.333,00
- d) 815.784,00
- e) 912.319,00

15) (ISS-Recife/ESAF/2003) Referindo-se aos métodos de avaliação de estoques, considere as seguintes informações:

- O preço de mercado tende a diminuir, ou seja, o preço dos produtos repostos tem sido sempre menor que o dos produtos adquiridos anteriormente;
- O estoque inicial apresentava um valor de R\$ 300,00, correspondente a 100 unidades do seu único produto para venda;
- No mês foram adquiridas mais 200 unidades ao preço de R\$ 2,00 cada; e foram vendidas 250 unidades.

Indique o saldo final do estoque, se avaliarmos corretamente este item do Ativo e o valor do Custo das Mercadorias Vendidas.



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Valores em R\$

Estoques / CMV

- a) 100,00 600,00
- b) 110,00 590,00
- c) 120,00 580,00
- d) 130,00 570,00
- e) 150,00 550,00

16) No que se refere à análise das demonstrações contábeis podemos afirmar:

- a) A análise horizontal utiliza o quociente dos quantitativos de uma conta ou grupo de contas analítico, para uma conta ou grupo de contas sintético, expressando o seu percentual de participação dentro do grupo de maior expressão e sua estrutura;
- b) A análise vertical representa o quociente dos quantitativos de uma conta ou grupo de contas sintético, para uma conta ou grupo de contas analítico, expressando o seu percentual de participação dentro do grupo de menor expressão e sua evolução;
- c) A análise horizontal representa a comparação de uma mesma conta ou grupo de contas (sintéticas ou analíticas), em relação a períodos de avaliação distintos, expressando a evolução ou crescimento/redução da entidade;
- d) A análise vertical não pode ser aplicada ao resultado do exercício, uma vez que este não está segregado em grupos de contas;
- e) As análises das demonstrações contábeis são instrumentos de controle gerencial, não possuindo utilidade para auxiliar acionistas, clientes e investidores interessados nas informações da entidade.

17) A fórmula, destacada no quadro abaixo,

$\frac{\text{Ativo circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$

é utilizada para calcular o quociente de liquidez:

- a) comum;
- b) seca;
- c) imediata;
- d) geral;
- e) corrente.



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

18) (CESGRANRIO - 2009 /BNDES) A Cia. Manhattan S/A apresentou os seguintes demonstrativos, com valores em reais:

Contas	2006	2007 AH%
Receita Bruta	27.700.000,00	35.000.000,00
Deduções da Receita Bruta	(4.450.000,00)	(5.700.000,00)
Receita Líquida	23.250.000,00	29.300.000,00
CMV	(14.650.000,00)	(17.500.000,00)
Lucro Bruto	8.600.000,00	11.800.000,00
Despesas de Vendas	(1.256.000,00)	(2.630.000,00)
Despesas Administrativas	(4.270.000,00)	(5.960.000,00)
Despesas Financeiras	(2.950.000,00)	(3.200.000,00)
Resultado Avaliado ao MEP.	37.000,00	80.000,00
Lucro Operacional	161.000,00	90.000,00
Resultado não Operacional	(31.000,00)	(35.000,00)
LAIR	130.000,00	55.000,00
Provisão IR e CSL	32.500,00	(13.750,00)
Lucro Líquido	97.500,00	41.250,00

Com base exclusivamente nos dados acima, o percentual de variação do lucro líquido (análise horizontal) do exercício de 2007, em relação a 2006, foi

- a) 42,31
- b) 36,36
- c) (53,64)
- d) (56,97)
- e) (57,69)

19) (FCC- 2011/TRT-MT) Foram extraídas as seguintes informações do Balanço Patrimonial de 31-12-2010 da Cia. Hortênsias (em R\$):

Patrimônio Líquido	488.000,00
Ativo Circulante	520.000,00
Ativo Não Circulante.....	680.000,00
Passivo Não Circulante	270.000,00

Calculado o valor do Passivo Circulante e efetuada a análise vertical e por indicadores do Balanço Patrimonial da companhia, esse grupo representou

- a) quase 37% do valor do Ativo Total da companhia.
- b) 85% do valor do Ativo Não Circulante da companhia.
- c) 65% do valor do Ativo Circulante da companhia.
- d) aproximadamente 75% do Passivo Não Circulante da companhia.
- e) cerca de 110% do Patrimônio Líquido da companhia.



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

20) Marque a alternativa que completa a sentença a seguir:

“Nos termos do Artigo 176 da Lei 6.404/76, fazer elaborar as demonstrações financeiras compete _____.”

- a) ao conselho fiscal;
- b) ao conselho de administração;
- c) à diretoria;
- d) aos auditores independentes;
- e) aos contabilistas legalmente habilitados;

21) De acordo com a Lei 6.404/76, as sociedades anônimas não estão obrigadas a elaborar a seguinte demonstração:

- a) demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- b) balanço patrimonial;
- c) demonstração dos fluxos de caixa;
- d) demonstração do resultado do exercício;
- e) demonstração das origens e aplicações de recursos;

22) Marque a alternativa que completa a sentença a seguir:

“Segundo a Lei das Sociedades por Ações, as demonstrações financeiras são assinadas _____.”

- a) pelos administradores e por contabilistas legalmente habilitados;
- b) pelo conselho fiscal e por contadores legalmente habilitados;
- c) pelos administradores e por contadores legalmente habilitados;
- d) pelos auditores e por contadores legalmente habilitados;
- e) somente por contadores legalmente habilitados;

23) O Código de Ética Profissional do Contabilista tem por objetivo fixar:

- a) a forma pela qual se devem conduzir os contabilistas quando do exercício profissional.
- b) a tabela de honorários do contabilista.
- c) as Normas e os Princípios de Contabilidade que orientem o exercício profissional.
- d) as prescrições de ordem constitucional necessárias ao exercício da profissão.
- e) fixar as sanções aplicáveis em caso de descumprimento dos princípios de contabilidade.

24) A transgressão de preceito do Código de Ética Profissional do Contador -CEPCA- constitui infração ética, sancionada, segundo a gravidade, com a aplicação das seguintes penalidades:

- a) I – advertência pública; II – censura reservada; III – censura pública;

O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127)



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- b) I – advertência reservada; II – censura reservada; III – censura pública;
- c) I – advertência reservada; II – advertência pública; III – censura pública;
- d) I – advertência verbal; II – advertência reservada; III – censura reservada;
- e) I – advertência pública; II – censura reservada; III – censura limitada;

25) Segundo o Código de Ética Profissional do Contador -CEPCA-, marque a alternativa que NÃO corresponde a um dever do profissional de contabilidade:

- a) guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Regionais de Contabilidade;
- b) zelar pela sua competência exclusiva na orientação técnica dos serviços a seu cargo;
- c) comunicar, desde logo, ao cliente ou empregador, em documento reservado, eventual circunstância adversa que possa influir na decisão daquele que lhe formular consulta ou lhe confiar trabalho, estendendo-se a obrigação a sócios e executores;
- d) revelar negociação confidenciada pelo cliente ou empregador para acordo ou transação que, comprovadamente, tenha tido conhecimento;
- e) se substituído em suas funções, informar ao substituto sobre fatos que devam chegar ao conhecimento desse, a fim de habilitá-lo para o bom desempenho das funções a serem exercidas;

26) Conforme o Código de Ética Profissional do Contador, aprovado pela Resolução CFC n^o 803/96 e alterações posteriores, em relação à classe, o profissional da Contabilidade deve:

- a) desacatar as resoluções votadas pela classe contábil, inclusive quanto a honorários profissionais.
- b) formular juízos depreciativos sobre a classe contábil, sindicatos e demais entidades, sempre que necessário.
- c) utilizar-se de posição ocupada na direção de entidades de classe em benefício próprio ou para proveito pessoal.
- d) zelar pelo prestígio da classe, pela dignidade profissional e pelo aperfeiçoamento de suas instituições.
- e) exercer atividade ou ligar o seu nome a empreendimentos com finalidades ilícitas;

27) Quanto ao conceito, campo de aplicação e objeto da Contabilidade Pública, conforme NBC T 16 (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público), marque a alternativa CORRETA.

- a) Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.
- b) O objeto da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o orçamento público.
- c) O campo de aplicação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público abrange todas as entidades do setor público, exceto as entidades da Administração Indireta.



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

d) As entidades abrangidas pelo campo de aplicação devem observar as normas e as técnicas próprias da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, considerando-se o seguinte escopo: parcialmente, as entidades governamentais, os serviços sociais e os conselhos profissionais e integralmente, as demais entidades do setor público, para garantir procedimentos suficientes de prestação de contas e instrumentalização do controle social.

e) O campo de aplicação é o espaço de atuação do profissional de contabilidade que demanda estudo, interpretação, identificação, mensuração, avaliação, registro, controle e evidenciação de fenômenos contábeis decorrentes de variações financeiras em entidades da Administração Direta e Indireta, excetuando-se somente as Sociedades de Economia Mista.

28) (FCC-2009/TRT)A "Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público." (Resolução CFC nº 1.128/08). Em relação a este assunto, considere:

I. As normas contábeis estabelecidas pela Lei nº 4.320/64 devem ser integralmente seguidas por todas as entidades governamentais da administração direta e indireta.

II. Os atos e os fatos que afetam o patrimônio público devem ser contabilizados de acordo com o regime de competência, complementarmente ao registro orçamentário das receitas e das despesas públicas.

III. Os bens móveis e imóveis da administração direta são avaliados pelo valor de aquisição ou pelo custo de produção ou de construção e os bens de almoxarifado pelo preço médio ponderado das compras.

IV. O princípio contábil da continuidade não se aplica às entidades governamentais da administração direta, pois mesmo quando existem passivos a descoberto, não há o encerramento de suas atividades.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) II e IV.
- d) III.
- e) III e IV.

29) Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade, "O Patrimônio Público é o conjunto de bens e direitos, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados ou mantidos com recursos públicos, integrantes do patrimônio de qualquer entidade pública ou de uso comum, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios futuros inerentes à prestação de serviços públicos."

Partindo dessa premissa, sob o enfoque contábil, o patrimônio encontra-se estruturado em

- a) financeiro, orçamentário e contábil.
- b) ativo, passivo e patrimônio líquido.
- c) despesa, receita, ativo e passivo.

O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127)



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- d) variações ativas, variações passivas e resultado.
- e) fluxo de caixa, orçamento público e balanço financeiro.

30) O Conselho Federal de Contabilidade define que "o controle interno é o conjunto de recursos, métodos e processos adotados pela entidade governamental". De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC – T 16, Resolução 1.135/08, o controle interno é classificado nas seguintes categorias:

- a) interno, externo e consolidado.
- b) contábil, financeiro e administrativo.
- c) operacional, contábil e normativo.
- d) orçamentário, administrativo e financeiro.
- e) inerente, preventivo e detectivo.

31) (CESGRANRIO–2010/IBGE) O Conselho Federal de Contabilidade estabelece que é base indispensável à integridade e à fidedignidade dos registros contábeis dos atos e dos fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade pública, observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, a aplicação do denominado princípio do(a):

- a) Equilíbrio.
- b) Prudência.
- c) Continuidade.
- d) Exclusividade.
- e) Oportunidade.

32) O Art.62 do Código Civil estabelece que para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la. Desta forma, a fundação:

- a) poderá constituir-se para quaisquer fins, desde que determinados no estatuto;
- b) poderá constituir-se apenas para fins educacionais;
- c) poderá constituir-se para quaisquer fins sociais;
- d) poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência;
- e) poderá constituir-se apenas para fins privados;

33) Observe o fragmento da Constituição Federal de 1988 abaixo destacado:

“Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:”

Logo, tomando como referência o aludido dispositivo, bem como as demais regras de controle presentes na constituição federal, pode-se concluir que o controle interno:

- a) está presente em todos os poderes, inclusive no Ministério Público e Tribunais de Contas;

O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127)



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- b) não abrange o Ministério Público em função de sua autonomia constitucional;
- c) não abrange os Tribunais de contas, por serem órgãos responsáveis pelo controle externo;
- d) não se faz presente em todos os poderes presentes na Constituição Federal;
- e) é exercido unicamente pelo executivo, controlando os demais poderes de forma integrada;

34) (Auditor – TCE/ES/2002) Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, assim como os de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, é atribuição:

- a) do sistema de controle interno;
- b) da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- c) da Comissão do serviço público do Senado Federal;
- d) do Conselho Administrativo de Defesa Econômica;
- e) dos Tribunais de Contas;

35) O Tribunal de Contas da União tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 96, sendo integrado por:

- a) sete ministros;
- b) onze ministros;
- c) nove Ministros;
- d) cinco Ministros;
- e) oito Ministros;

36) (TCE-ES/ESAF/2001) Compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública, disporá sobre as alterações da legislação tributária, e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento:

- a) Plano Prurianual;
- b) Orçamento Fiscal;
- c) Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- d) Orçamento de investimento das empresas estatais;
- e) **Orçamento de seguridade social;**

37) (Auditor/TCE-SE/FCC/2002) – As autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento são, respectivamente:

- a) Crédito orçamentário e Crédito disponível;
- b) Créditos Suplementares e Créditos Especiais;
- c) Créditos Especiais e Créditos Suplementares;
- d) Créditos Suplementares e Créditos Extraordinários;
- e) **Créditos Especiais e Créditos Extraordinários.**



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

38) (ESAF-RF/2009) Segundo a CF, um dos instrumentos em que se materializa o processo de planejamento do Governo Federal é o Plano Plurianual - PPA. Assinale a opção em que a afirmação se aplica inteiramente a esse instrumento.

- a) Embora de natureza constitucional, o PPA não abrange todos os projetos do ente, em razão das emergências não possíveis de serem previstas em lei.
- b) O PPA tem seu foco nos programas de governo, seu período de abrangência é de quatro anos podendo ser revisado a cada ano.
- c) A elaboração do PPA é feita no nível de cada órgão e sua submissão ao Congresso Nacional se dá por intermédio da presidência de cada um dos Poderes da República.
- d) O PPA, embora fundamentado em programas de governo, tem como objetivo definir as modalidades de aplicação de recursos que priorizam o cumprimento das políticas públicas.
- e) A inclusão de novos programas no PPA se dá na revisão anual e está condicionada ao cumprimento das metas anteriormente aprovadas.

39) (CESPE/AGMG/2009) A respeito da Lei Orçamentária Anual.

- a) Os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das estatais, que compõem a LOA, deverão funcionar como instrumentos voltados para a redução das desigualdades sociais.
- b) Uma das principais causas da rigidez do orçamento da União é o excesso de vinculação das receitas.
- c) O processo legislativo orçamentário não permite alterações no projeto da LOA após o seu recebimento pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
- d) No atual modelo orçamentário brasileiro não existe a ligação entre planejamento e orçamento.
- e) A LOA poderá conter autorização para abertura de créditos adicionais.

40) (ESAF-RF/2009) Assinale a opção FALSA a respeito dos créditos adicionais.

- a) A abertura de crédito suplementar está condicionada à existência de despesa já pré-empenhada no exercício.
- b) A abertura de créditos especiais exige a indicação da fonte dos recursos.
- c) Os créditos adicionais aumentam a disponibilidade de crédito para a emissão de empenho ou descentralização.
- d) É permitida a reabertura de créditos especiais e extraordinários no exercício seguinte ao da abertura.
- e) Créditos extraordinários têm sua abertura submetida a restrições de natureza constitucional.

41) (COPESE-UFT/2012) Sobre a Administração Pública, marque a alternativa CORRETA:

- a) A Administração Pública direta corresponde às sociedades de economia mista e às empresas públicas.



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- b) A Administração Pública direta corresponde às autarquias e às sociedades de economia mista.
- c) A Administração Pública indireta é composta por entidades personalizadas como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
- d) A Administração Pública direta, também chamada de descentralizada, é composta por entes despersonalizados.
- e) A Administração Pública indireta é composta por entes despersonalizados.

42) (FGV-2009/MEC) Relativamente às modalidades de licitação previstas na Lei 8.666/93, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) São modalidades de licitação previstas no art. 22, da Lei de Licitações (lei 8.666/93) a concorrência, a tomada de preços, o convite, o concurso e o leilão.
- b) Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- c) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- d) Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.
- e) É permitida a criação de outras modalidades de licitação ou a combinação das modalidades referidas no art. 22 da Lei de Licitações (lei 8.666/93).

43) Nos termos da Lei 8.666/93, a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, constitui hipótese de:

- a) Inexigibilidade de licitação;
- b) Dispensa de licitação;
- c) Licitação dispensável;
- d) Licitação dispensada;
- e) Licitação na modalidade concurso.

44) (FCC-2009/PGE/RJ) Considere os itens abaixo:

- I. A licitação é inexigível quando houver inviabilidade de competição. É o caso, por exemplo, da existência de um único fornecedor.
- II. Os casos de licitação dispensável estabelecidos em lei são taxativos e não exemplificativos.
- III. A licitação destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, mesmo contrariando o princípio da isonomia.
- IV. A licitação é obrigatória quando o vínculo jurídico com o terceiro configurar cargo ou emprego público.

O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127)



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) III e IV.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) II e IV.

45) (FCC-2012/TST) Considere as fórmulas para juros simples e compostos. Adicionalmente, considere a taxa de juros de 10% a.a. As expressões, para juros simples e juros compostos, respectivamente, que representam as equações que devem ser solucionadas para que se triplique o principal são:

- a) $1 = (1 + 3n)$ e $1 = (1 + 0,30)^n$
- b) $3n = (1 + 0,10)$ e $3n = (1 + 0,10)^n$
- c) $1 = (1 + 3n)$ e $3 = (1 + 0,10)^n$
- d) $3 = (1 + 0,10n)$ e $3 = (1 + 0,10)^n$
- e) $3 = (1 + 0,01n)$ e $3 = (1 + 0,01)^n$

46) Qual o valor presente de uma aplicação em juros simples de cinco anos, taxa de juro de 14% ao ano e valor de resgate, único, igual a R\$100.000,00?

- a) R\$59.325,00
- b) R\$51.936,00
- c) R\$52.854,00
- d) R\$58.823,00
- e) R\$70.000,00

47) Se aplicarmos a quantia de R\$50.000,00 pelo prazo de quatro meses, teremos como remuneração desse capital a quantia de R\$4.350,00. Qual é a taxa de juro simples ao mês dessa operação?

- a) 2,11% ao mês
- b) 2,17% ao mês
- c) 8,7% ao mês
- d) 45,97% ao mês
- e) 1,09% ao mês

48) (FCC/2010) Um capital no valor de R\$ 12.500,00 é aplicado a juros simples, durante 12 meses, apresentando um montante igual a R\$ 15.000,00. Um outro capital é aplicado, durante 15 meses, a juros simples a uma taxa igual à da aplicação anterior, produzindo juros no total de R\$ 5.250,00. O valor do segundo capital supera o valor do primeiro em



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- a) R\$ 5.850,00
- b) R\$ 6.000,00
- c) R\$ 7.500,00
- d) R\$ 8.500,00
- e) R\$ 10.000,00

49) (FCC/2009) O valor presente de um título descontado 2 (dois) anos antes de seu vencimento é igual a R\$ 25.000,00. Utilizou-se o critério do desconto composto real a uma taxa de 8% ao ano. O valor do desconto correspondente é de:

- a) R\$ 3.120,00
- b) R\$ 3.160,00
- c) R\$ 3.200,00
- d) R\$ 4.000,00
- e) R\$ 4.160,00

50) A cerca dos sistemas de amortização, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O valor de juros, em cada período, no modelo PRICE de financiamento, vão diminuindo ao longo do tempo enquanto que os valores das amortizações vão aumentando.
- b) Se o valor da amortização no sistema SAC de financiamento for igual a R\$ 750,00 e o valor dos juros, num certo período, for igual a R\$ 83,00, então o valor da prestação nesse período será de R\$ 833,00.
- c) Se o valor da amortização no sistema PRICE de financiamento é igual a R\$ 750,00 e o valor de juros, num certo período, for igual a R\$ 83,00, então o valor da prestação nesse período será de R\$ R\$ 833,00.
- d) O valor da prestação de um financiamento no sistema PRICE é dado pela soma entre o valor da amortização e o valor dos juros do período.
- e) O valor de juros, em cada período, no modelo SAC de financiamento, vão aumentando ao longo do tempo enquanto que os valores das amortizações são constantes.



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

RASCUNHO